



PARTIDO DO TRABALHADOR E TRABALHADORAS
PT – CRISTINÁPOLIS
DIRETÓRIO MUNICIPAL

Recebido

08/10/2025

Ana Cláudia

11-15.

Ana Cláudia Oliveira Santos
Assessora Parlamentar
Portaria nº 08/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS – SE.

Ref.: Representação para Declaração de Perda de Mandato Eletivo (Extinção)

PARTIDO DOS TRABALHADORES – DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS/SE, inscrito sob o nº de CNPJ 01.333.968/0001-00, com sede localizada na Rua Germiniano Oliveira, nº 388, Cristinápolis/SE, CEP 49.270-000, neste ato representado por sua Vice-Presidenta, Sra. Maria São Pedro de Jesus, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, perante este órgão de cúpula, apresentar **REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DE MANDATO**, em desfavor do Vereador **LANDERROBSON JAIRON DOS SANTOS RIBEIRO**, com fundamento nos fatos e direitos a seguir expostos:

1. DOS FATOS

Conforme se extrai das cópias das Atas de Sessões Ordinárias do Período Legislativo do Ano de 2025 em anexo e do Ofício n.º 005/2025 da Câmara Municipal de Cristinápolis também em anexo, relativo à frequência dos vereadores à **Sessão Legislativa Anual de 2025 da Câmara de Vereadores de Cristinápolis/SE**, o Vereador **LANDERROBSON JAIRON DOS SANTOS RIBEIRO** apresentou um índice de absenteísmo incompatível com o exercício do mandato, sem que houvesse apresentação de justificativas legais (doença comprovada, licença ou missão autorizada), uma vez que não compareceu a 22 sessões ordinárias, sendo que justificou apenas uma das ausências.

De acordo com o levantamento das atas das sessões ordinárias e o ofício retro, o vereador **LANDERROBSON JAIRON DOS SANTOS RIBEIRO**, esteve presente em 21 (vinte e uma) sessões ordinárias, e ausente em 22 (vinte e duas) sessões ordinárias, conforme a seguir:

- **Primeiro Período Legislativo de 2025:** Das 19 sessões ordinárias realizadas, o vereador ausentou-se de 10 sessões.
- **Segundo Período Legislativo de 2025:** Das 24 sessões ordinárias realizadas, o vereador ausentou-se de 11 sessões.
- **Consolidado Anual (2025):** Em um total de 43 sessões ordinárias, o parlamentar registrou 21 ausências injustificadas.

Em termos percentuais, o Vereador Landerrobson Jairon dos Santos Ribeiro não compareceu a **48,84%** das sessões ordinárias realizadas no ano de 2025, caracterizando, portanto, o quanto prescrito no Art. 8º, inciso III do Decreto-Lei n.º 201/67, no art. 18, inciso III

Maria



PARTIDO DO TRABALHADOR E TRABALHADORAS
PT – CRISTINÁPOLIS
DIRETÓRIO MUNICIPAL

portanto, o quanto prescrito no Art. 8º, inciso III do Decreto-Lei n.º 201/67, no art. 18, inciso III da Lei Orgânica Municipal de Cristinápolis e no Art. 71, inciso IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cristinápolis.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A legislação vigente é clara ao estabelecer que a assiduidade é um dever funcional, cuja inobservância acima do limite de 1/3 (um terço) acarreta a perda imediata do mandato.

O Decreto-Lei nº 201/67, em seu Art. 8º, III, norma federal de observância obrigatória, estabelece que se extingue o mandato do Vereador, quando o mesmo deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões:

Art. 8º Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

(...)

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; ou, ainda, deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos.

Noutro turno, a Lei Orgânica Municipal (LOM), em seu Art. 18, inciso III, determina expressamente que perde o mandato o Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada:

Art. 18. Perde o mandato o Vereador:

(...)

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

Por fim, o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores (RI), no Art. 71, IV, ratifica tal penalidade para quem deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara:

Art. 71. Perderá o mandato o Vereador:



PARTIDO DO TRABALHADOR E TRABALHADORAS
PT – CRISTINÁPOLIS
DIRETÓRIO MUNICIPAL

(...)

IV - que deixar de comparecer, em cada período legislativo anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença Comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

A perda do mandato, nestes casos, é de natureza **declaratória** e não condenatória por votação plenária.

Conforme o Art. 18, § 3º da Lei Orgânica e o Art. 71, § 2º do Regimento Interno, a perda será **declarada pela Mesa da Câmara**, de ofício ou mediante provocação, assegurando-se o direito à ampla defesa.

Art. 18, § 3º da Lei Orgânica:

*§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a VI **a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.***

Art. 71, § 2º do Regimento Interno:

*§ 2º Nos casos previstos nos incisos III a VI, **a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.***

Assim sendo, considerando que o limite permitido de faltas seria de **14 sessões** (1/3 de 43), e que o representado atingiu a marca de **21 faltas (48,84%) injustificadas**, a extinção do mandato é medida que se impõe por força de lei, nos termos da legislação vigente.

4. DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência e aos demais membros da Mesa Diretora:

1. O **recebimento e autuação** da presente Representação;
2. A **notificação imediata** do Vereador Landerrobson Jairon dos Santos Ribeiro para que, no prazo de 10 dias, apresente sua defesa, nos termos do que garante o princípio da ampla defesa;
3. Após o devido processo administrativo, a **conclusão pela declaração de extinção do mandato** do referido Vereador, com a consequente expedição do ato declaratório pela Mesa;



**PARTIDO DO TRABALHADOR E TRABALHADORAS
PT – CRISTINÁPOLIS
DIRETÓRIO MUNICIPAL**

4. A imediata convocação do respectivo suplente para assumir a cadeira parlamentar vaga.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Cristinápolis/SE, 08 de Janeiro de 2026.

P/ MARIA SÃO PEDRO DE JESUS

PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS/SE